



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 5.436 /2025

Vereadora Autora: Leandra Lopes.

***Institui a Política de Prevenção à Violência
contra os Educadores do Município de
Macaé e providências.***

A **CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ**, no uso de suas atribuições legais, delibera e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei institui a Política de Prevenção à Violência contra os Educadores do Município de Macaé.

§ 1º Para efeitos desta lei, consideram-se educadores os profissionais que atuam como professores, técnicos educacionais, dirigentes educacionais, orientadores educacionais, agentes administrativos e demais profissionais que desempenham suas atividades no ambiente escolar.

§ 2º Esta lei aplica-se a todos os educadores pertencentes à rede municipal de ensino e às escolas privadas localizadas no município de Macaé, em todos os níveis de Educação Básica.

Art. 2º A Política de que trata essa Lei tem como objetivos centrais:

- I - estimular a reflexão acerca da violência física e/ou moral cometida contra educadores, no exercício de suas atividades acadêmicas e educacionais nas escolas e comunidades;
- II - implementar medidas preventivas, cautelares e punitivas para situações em que educadores, em decorrência do exercício de suas funções, estejam sob risco de violência que possa comprometer sua integridade física e/ou moral;
- III - avaliar e debater a origem da violência e o combate a ela;
- IV - propor mecanismos que visem combater a violência escolar.

Art. 3º A Política de Prevenção à Violência contra os Educadores do Município de Macaé terá como uma de suas ações a realização de campanhas educativas que tenham por objetivo a prevenção e combate à violência física ou moral e ao constrangimento contra os educadores.

Art. 4º As atividades voltadas à reflexão sobre a violência contra os educadores poderão ser organizadas conjuntamente pelas entidades representativas dos profissionais da educação, pelos conselhos da comunidade escolar e pelas demais entidades interessadas.

Art. 5º O estabelecimento da implantação, coordenação e acompanhamento do Programa ficarão a critério dos órgãos municipais competentes designados pelo Poder Executivo.

Art. 6º O Poder Executivo estabelecerá os regulamentos necessários à implementação do disposto nesta Lei, no que couber.

Art. 7º As despesas decorrentes dessa Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 12 de novembro de 2025. 1.330-ANO VI

WELBERTH PORTO DE REZENDE
PREFEITO

Publicação	DOM
Edição Nº	1.330-ANO VI
Data	13/11/2025 pag 02
Assinatura	Luiz Henrique - 2F.405
SEF. IDOR	